

OS EFEITOS DO SINAES EM UM CURSO DE TURISMO: PERCEÇÃO DOS GESTORES*

Marina Piason B. Pontes**

Mônica Piccione Gomes Rios**



HTTP://DX.DOI.ORG/10.18224/EDUC.V24.I1.8373

Resumo: *a pesquisa aqui apresentada teve por objetivo investigar os efeitos do SINAES em um Curso de Turismo de uma Universidade confessional no interior do estado de São Paulo, na percepção de seus gestores. Após revisão bibliográfica acerca da temática realizou-se, em uma abordagem qualitativa, entrevista semiestruturada com gestores do Curso, além de análise documental do curso e da Universidade. As percepções de gestores possibilitaram constatar que o SINAES, ainda que não seja o único mobilizador de ações desencadeadas, têm produzido efeitos. Entre os efeitos apontados, destacam-se o incentivo à formação docente, as melhorias na infraestrutura, a reformulação do currículo e a discussão do Projeto Político Pedagógico, entre outros.*

Palavras-chave: *Políticas Públicas em Avaliação. SINAES. Graduação em Turismo.*

* Recebido em: 30.06.2020. Aprovado em: 28.05.2021.

** Doutora em Educação pela PUC Campinas. Docente da PUC Campinas. Integra o Grupo de Avaliação, Políticas e Sistemas Educacionais do PPGE PUC-Campinas (GRAPSE). *E-mail:* mpbpontes@yahoo.com.br

*** Doutora em Educação (Currículo) pela PUC São Paulo. Docente Pesquisadora do PPGE e do Curso de Pedagogia da PUC Campinas. Integra o Grupo de Avaliação, Políticas e Sistemas Educacionais do PPGE PUC Campinas (GRAPSE). *E-mail:* monica.rios@puc-campinas.edu.br

Na sociedade contemporânea, a Universidade acentua a sua relevância nos aspectos sociais, políticos, econômicos e de convivência entre as pessoas, considerando as mudanças que se dão em espaço e tempo cada vez mais breves. Em um contexto de se repensar a Universidade, a avaliação assume um papel fundamental, pois conforme assegura Dias Sobrinho (2003), cabe à avaliação um dos papéis centrais na formulação de novas políticas e/ou reformas educacionais.

Ainda na compreensão de Dias Sobrinho (2003, p. 177), a avaliação é “uma prática social orientada, sobretudo para produzir questionamentos e compreender efeitos pedagógicos, políticos, éticos, sociais, econômicos do fenômeno educativo”, não devendo ser tratada ou conduzida como mera medida para fins de comparação e discriminação, sendo necessário colocar em questão e produzir significados.

Os anos 1980 fortaleceram as instituições privadas no âmbito do ensino superior, quando o Governo Federal forneceu empréstimos a juros negativos, doação de terrenos e prédios, além do financiamento de mensalidades por meio de sistema de crédito educativo. Também custeou parte da folha de pagamento das universidades consideradas comunitárias. Todas essas ações tinham como principal finalidade suprir a baixa oferta das universidades públicas, que não conseguiam se expandir o suficiente (CUNHA, 2001).

Como decorrência das ações citadas, houve a expansão na oferta de instituições privadas de educação superior no país, durante toda a década de 1990, e na mesma medida, se via a necessidade de avaliar essas instituições. O neoliberalismo que tomou forma no país foi trazendo os conceitos de Estado Mínimo, se impondo como regulador dos processos existentes por meio de mecanismos de avaliação.

O resultado dessas tensões e contradições – decorrentes de uma fórmula política que exige um Estado limitado (portanto, mais reduzido e circunscrito nas suas funções) mas, ao mesmo tempo, forte (no seu poder de intervenção) – produziu, em certo sentido, um desequilíbrio importante a favor do Estado e em prejuízo do livre-mercado (AFONSO, 1999, p. 141).

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 1996 (BRASIL, 1996), a educação passa a ser composta por dois níveis: educação básica e educação superior. Da promulgação da LDB, em 1996, até esta segunda década do século XXI, avaliações em larga escala foram sistematicamente desenvolvidas e aplicadas, nos âmbitos municipais, estaduais e federais, na educação básica e na educação superior. Segundo Ristoff e Giolo (2006, p. 195), a LDB criou uma “vinculação direta entre o processo avaliativo e o processo regulatório, especificando a necessidade de realização de exames capazes de aferir o rendimento escolar no País e em todos os níveis de escolaridade”.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído em 2004, por meio da Lei 10.861 (BRASIL, 2004a). Nasceu com a finalidade de analisar as instituições de ensino superior, seus cursos e o desempenho de seus estudantes, considerando aspectos diversos, para balizar políticas públicas e esclarecer a sociedade quanto às condições de cursos e de instituições. Para o Ministério da Educação (MEC), seus dados também poderiam ser úteis para a sociedade, especialmente aos estudantes, como referência quanto às condições de cursos e instituições.

Desde então, esse novo sistema de controle do Estado da educação superior pode estar produzindo efeitos nos diversos cursos existentes, fato que necessita ser investigado e acompanhado.

Os efeitos de um programa referem-se a determinadas alterações – esperadas ou não, outras que não as especificamente pretendidas – provocadas pelo programa e que, mais do que o próprio grupo-alvo focalizado, afetam as instituições ou organizações participantes, os agentes que implementam o programa ou o meio social em que se realiza (DRAIBE, 2001, p. 25).

Nessa perspectiva, definiu-se como objetivo geral da pesquisa investigar os efeitos do SINAES no Curso de Turismo de uma Universidade privada e confessional no interior do Estado de São Paulo, na percepção de seus gestores. O curso em questão existe desde o início da década de 1970 no Brasil, e já contribuiu para a formação de mais de dois mil profissionais até o ano de 2019, em acordo com o PPC do

Curso. A abordagem de pesquisa predominante neste estudo é a qualitativa. Para a produção de material empírico, realizou-se entrevista semiestruturada com os dois últimos coordenadores do curso, o atual e o imediatamente anterior. Nessa Universidade, a coordenação de cursos é atribuída em gestões que tem duração de quatro anos.

O roteiro da entrevista abarcou os seguintes aspectos: os efeitos do SINAES no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade e no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC); os efeitos do SINAES na gestão do curso e no currículo; as ações da gestão do Curso oriundas do SINAES; as ações mobilizadas em prol e pelo ENADE. A análise dos dados obtidos deu-se em um esforço de diálogo com os autores referendados.

De modo a alcançar os objetivos propostos, este artigo é composto, além da introdução, por uma seção que discute as políticas públicas de avaliação da educação superior no Brasil no final do século XX e início do século XXI. Em seguida, apresenta o SINAES e seus pressupostos teórico-metodológicos, bem como sua aplicação nos cursos de Turismo. A seção seguinte analisa a percepção dos gestores de um curso de turismo de uma Universidade no interior do estado de São Paulo. Nas considerações finais são tratados os principais achados da pesquisa, em uma reflexão sobre os efeitos dos SINAES no curso de turismo.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A ampliação das instituições privadas na área da educação, fruto da escassez de recursos do governo para abarcar todas as necessidades sociais, além da crescente complexidade da sociedade nos países industrializados, a partir dos anos 1970, levou o Estado a aumentar, exponencialmente, as suas ações de fiscalização e controle, fenômeno conhecido como Estado Avaliador. Essa expressão caracteriza a forte presença do Estado no “controle dos gastos e dos resultados das instituições e dos órgãos públicos. O ‘Estado Avaliador’ intervém para assegurar mais eficiência e manter o controle daquilo que considera ser qualidade” (DIAS SOBRINHO, 2004, p. 708).

Para o Estado ser forte, conforme aponta Afonso (1999), precisa ampliar seu poder regulador, em que regras são criadas para orientar as ações dos demais envolvidos, criando mecanismos de controle para medir os resultados. O papel do Estado Avaliador, em especial para a educação superior, foi tornando-se fundamental na medida em que, como mostrado, se realizava a abertura das instituições para o mercado privado, com um necessário aumento de produtividade e redução de custos, fruto da forte competitividade do setor.

Na medida em que emergiu o Estado-avaliador, as políticas avaliativas foram marcadas pela introdução de mecanismos de mercado, em que se acentuam o controle sobre os resultados.

Para os defensores da privatização, a avaliação deve ser um mecanismo que dê transparência para a relação entre ofertadores e consumidores da educação e regule o livre mercado da educação. Por outro lado, o Estado, além de se desobrigar de ampliar o orçamento público para efeitos de ampliação do sistema, assegura, através da avaliação, o controle sobre os resultados e sobre as finalidades e fornece à sociedade, especialmente ao mercado, as informações em forma de escalas de qualidade dos serviços educacionais que estão sendo oferecidos (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 203).

Assim, à medida que os sistemas avaliativos são centrados nas exigências do mercado, se afastam do caráter formativo que se espera deles, com implicações nos processos de melhoria do ensino e na oferta de uma educação de qualidade.

Vale ressaltar que as políticas públicas de avaliação da educação superior vigentes no final do século XX e nesse século XXI têm ganhado visibilidade para a sociedade, em função dos exames nacionais de desempenho dos alunos. Destaca-se, ainda, que avaliações no âmbito da educação podem ser utilizadas com diversas finalidades, e são fundamentais para a tomada de decisão estratégica pelos governantes, em busca de melhores condições de ensino e maior qualidade na formação de indivíduos.

Nesta esteira, a avaliação, ainda na perspectiva de Dias Sobrinho (2003), precisa ser formativa, não ficando restrita ao controle ou

limitando-se à fiscalização de normas legais e ao ajuste às demandas do mercado, pois a regulação, mesmo que necessária e legítima, não pode substituir a avaliação formativa.

À medida que a regulação centrada nas expectativas e necessidades do mercado ganha destaque, a avaliação passa a ter caráter fortemente regulador, tendo o seu potencial transformador enfraquecido, o que compromete a melhoria da qualidade da educação e, conseqüentemente, as finalidades da educação superior apontadas pela lei em vigor, por exemplo, o estímulo ao espírito científico e ao pensamento reflexivo, o incentivo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.

Enquanto prática social, a avaliação que tem como propósito melhorar a qualidade da educação necessita contribuir para definir políticas emancipatórias.

Pensar a avaliação nessa perspectiva implica considerar a diversidade local e global e superar as dicotomias, tendo em vista que a avaliação é uma construção social complexa, uma vez que envolve finalidades, práticas e políticas próprias tanto dos sujeitos quanto da natureza do que será avaliado e, portanto, requer problematização no contexto de mudanças amplas e significativas para a educação (RIOS; CALDERÓN; SOUSA, 2012, p. 86).

As tensões existentes entre a regulação e a emancipação nos processos avaliativos são claras, à medida que a regulação se traduz pela imposição de limites à liberdade dos indivíduos, em nome da harmonia da sociedade, por meio da ação do Estado, enquanto a emancipação se impõe no pleno desenvolvimento da liberdade e das potencialidades dos indivíduos (SOUSA, 2009).

Nesse contexto, em que a avaliação se torna central para o Estado no estabelecimento de políticas públicas, em especial a partir da década de 1990, quando as avaliações em larga escala tomaram corpo e foram apropriadas pela sociedade como fonte de informações relacionadas à qualidade, faz-se necessário problematizar os sentidos, os significados e os efeitos dessas avaliações.

O SINAES EM TELA

O SINAES foi inicialmente instituído pela Medida Provisória no 147, de dezembro de 2003, para posteriormente ser efetivado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004a), com três eixos avaliativos: a avaliação institucional; a avaliação dos cursos; e a avaliação de desempenho dos estudantes, que levam em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente, para balizar políticas públicas e esclarecer a sociedade quanto às condições de cursos e de instituições.

Na concepção original do SINAES, a educação transcende o desempenho estudantil em provas estáticas, como era o caso do Provão, buscando significados amplos da formação humana integral e pondo em questão a responsabilidade social das IES. Dito de outra maneira, o sistema de avaliação deve produzir sentidos a respeito do cumprimento das funções sociais de formação humana e construção de conhecimentos de cada instituição, no âmbito regional, nacional ou internacional (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 210).

Para Ristoff e Giolo (2006), o SINAES pode ser efetivamente considerado um sistema, na medida em que: integra os instrumentos de avaliação aos de informação; integra os espaços de avaliação no MEC; integra a autoavaliação à avaliação externa; articula, sem confundir, avaliação e regulação; propicia coerência entre avaliação e os objetivos e a política para a educação superior.

Também Rothen e Schulz (2007), à época da implantação do SINAES, o consideravam como um avanço em relação ao sistema avaliativo anterior. Para os autores,

na avaliação, a formação e o controle não são necessariamente excludentes, isto é, não significa que um aspecto deva negar o outro. A delimitação da conciliação entre as duas funções está inserida na discussão sobre a autonomia universitária, sobre as exigências de diversificação das IES para que atendam as necessidades regionais e

sobre o tipo de prestação de contas que deve ser oferecida à sociedade (ROTHEN; SCHULZ, 2007, p. 179).

Para viabilizar a avaliação institucional interna ou autoavaliação, foram criadas pela legislação as Comissões Próprias de Avaliação (CPA), que deveriam ser constituídas em todas as Instituições de Educação Superior (IES). A CPA ganha assim, funções que objetivam organizar e coordenar os processos de autoavaliação, resultando em “relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões” (BRASIL, 2004b, p. 6). Já a avaliação externa *in loco* seria realizada por uma comissão de avaliadores definida pela CONAES, de acordo com o perfil da instituição a ser avaliada, de modo a garantir a visão global necessária ao processo.

A avaliação dos cursos, assim como a avaliação de instituições, é feita por meio de comissões externas formadas, preferencialmente, por especialistas em cada área, com visitas *in loco*. Poderiam acontecer em três momentos: para autorização, reconhecimento do curso ou para renovação do reconhecimento.

O terceiro componente do SINAES é a avaliação do desempenho dos estudantes, conhecida como Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), a ser aplicada, em sua concepção, aos alunos ingressantes e concluintes de cada curso com periodicidade trienal. Aos estudantes do Curso de Turismo, objeto deste estudo, o ENADE foi aplicado nos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018.

Da sua concepção original, porém, alterações expressivas surgiram com a aprovação da Portaria Normativa nº 40 de 2007 (BRASIL, 2007), a partir de 2008, com a instituição de índices, que estão detalhados mais a frente, como o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC). O ENADE passou então a ser protagonista na proposição de notas às IES, e apesar das intenções de seus formuladores, “o ENADE acabou sendo tomado como principal fonte de informação para a formulação dos índices de qualidade” (CALDERÓN; POLTRONIERI; BORGES, 2011, p. 821), contrariando a ideia de que o SINAES teria um papel central na regulação.

As críticas ao novo modelo fazem sentido à medida que se distanciam das premissas originais do SINAES, fortalecendo e polarizando

um único instrumento em detrimento dos demais, utilizando os resultados do ENADE de maneira sobreposta aos demais instrumentos avaliativos.

Destaca-se, ainda, o uso, sobretudo dos resultados do Enade, para o estabelecimento de *rankings* e consequente classificação entre as diferentes instituições, em especial as privadas. Dessa forma, o uso das informações obtidas também passa a ser o de vantagem competitiva de *marketing* na busca por alunos, visto que o resultado do Enade tem sido considerado pela sociedade como indicador de qualidade dos cursos de graduação. Cabe questionar, qual qualidade? A se considerar o SINAES, política pública de avaliação da educação superior vigente, é necessário que se atente para as dimensões internas e externas. Consoante o que encerra o documento do SINAES, ainda que não haja um conceito de qualidade estabelecido, salvaguardando a polissemia do termo, há menção que atrela a melhoria da qualidade do ensino à elevação da qualificação dos docentes.

A PERCEPÇÃO DOS GESTORES

Com a finalidade de levantamento de dados empíricos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores do Curso em questão: a coordenadora no cargo no momento da realização da pesquisa, identificada aqui por G1; e o coordenador da gestão anterior, identificado como G2.

Em relação à influência do SINAES no processo de reelaboração do PDI, que se deu no ano de 2014, em acordo com os gestores participantes da pesquisa, houve clara influência, traduzida na adaptação do PDI às diretrizes do SINAES. Em acordo com G2, houve a formação de grupos de trabalho dentro da Universidade com o propósito de discutir essa questão.

As considerações de G1 e G2 estão ancoradas no fato do PDI integrar os eixos do SINAES e constituir um dos documentos considerados no processo de avaliação externa, em função de identificar a IES por meio da sua missão e diretrizes pedagógicas, bem como orientar as ações em nível de gestão. Na última versão, que abarca o período de 2013 a 2020, tendo sido atualizada em 2014, o PDI apresenta um capítulo sobre a

avaliação institucional e destaca, entre outros tópicos, seu alinhamento com os diversos aspectos do SINAES.

No que se refere à política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e a sua articulação com o SINAES, em acordo com a resposta de G1, as diretrizes existentes na Universidade foram verificadas e desencadearam uma autoavaliação realizada pelos gestores de cada curso, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Graduação, com o propósito de enxergar cada curso sob o prisma do SINAES.

A perspectiva de autoavaliação, enunciada na voz de G1, demonstra a possibilidade de se desencadear ações, a partir do desvelamento da realidade institucional e da articulação do olhar interno com o olhar externo, sendo fundamental para o estabelecimento de processos de melhoria do curso.

O olhar de G1 converge para a avaliação processual, com sentido formativo, que visa ao desenvolvimento contínuo, distanciando-se da concepção de avaliação voltada para o controle e a fiscalização.

A avaliação institucional educativa deve ser um amplo e democrático processo de busca de compreensão das dimensões essenciais de uma instituição e de organização das possibilidades de transformações. Portanto, deve estar orientada essencialmente para as finalidades essenciais da instituição, sob os seguintes aspectos: conhecimento, compreensão, redefinição, valoração e construção das transformações desejadas (DIAS SOBRINHO; RISTOFFE, 2003, p. 44).

Consoante aos autores citados, a autoavaliação desencadeada, exposta pela gestora do curso, contribuiu para definir o planejamento do Curso de Turismo. Tal planejamento implicou atingir, em cada quesito de cada dimensão avaliativa, minimamente a nota 3, havendo, porém, esforço para se atingir a nota 4, a exemplo da dimensão 5, referente ao corpo docente. “Por exemplo, quando eu penso em corpo docente, foi uma política da universidade e tem sido, dentro do nosso curso, melhorar o número de doutores que temos” (G1).

Para G1, considerando a pesquisa, a extensão e o ensino, é neste último que se concentra um maior esforço para atender às diretrizes

do SINAES. Nesse quesito, segundo a entrevistada, há atenção no processo de autoavaliação institucional de acordo com as diretrizes do SINAES, visando à melhoria do curso, e consequente, o potencial para elevar sua nota.

A política de formação e estímulo para que os professores obtenham titulação de mestres e doutores demonstra a valorização do corpo docente que atua no curso. No âmbito do SINAES, o processo de formação e a política de carreira docente estão presentes tanto nos instrumentos de avaliação institucional quanto de avaliação de cursos. A importância do corpo docente para o SINAES é refletida na composição atual do Conceito Preliminar de Cursos (CPC), visto que é responsável por 30% da composição atual deste índice (BRASIL, 2015). Esse dado indica que possa haver mobilização das IES em desencadear políticas de formação docente.

Há percepções que denotam que a preocupação pela formação docente em nível de pós-graduação, especialmente no setor privado, tem cunho muito mais econômico do que pedagógico, na medida em que os indicadores de qualidade da educação superior, notadamente do corpo docente, estão centrados na titulação, regime de trabalho e produção docente. A titulação docente, muitas vezes avaliada isoladamente e sob o aspecto quantitativo, pode não causar nenhum impacto sobre a almejada qualidade da educação superior, mas assegura cumprimento de requisitos mínimos para o credenciamento ou recredenciamento institucional (PAIVA, 2010).

No quesito infraestrutura, a Universidade e o Curso, ainda que os gestores tenham apontado ganhos advindos do alinhamento ao SINAES, G2 considera que as salas de aula poderiam ser melhoradas quanto à acústica e ao conforto das carteiras para os alunos. G1 destacou como ganho, em especial, as questões tecnológicas e o acesso aos periódicos.

Bom, eu avalio muito bem. (...) Eu vejo que a infraestrutura tem um padrão muito bom, atende o acesso aos computadores, acesso aos mecanismos virtuais, acesso a tecnologias. Vem melhorando muito, o aluno hoje tem acesso a wi-fi quase na instituição toda, o aluno tem acesso a periódicos, ele pode acessar até de casa se for o caso (G1).

A biblioteca, na visão dos gestores, apresenta acervo representativo, porém, há dificuldade de atualização e ampliação de títulos, em função de a política institucional estar vinculada ao que o SINAES preconiza sobre o acervo referente aos cursos de graduação.

O acervo de biblioteca é muito adequado. Hoje nós cumprimos o SINAES, mas até por isso temos pouco investimento. (...) Acho que se não tivesse uma biblioteca para cumprir o SINAES eu receberia investimento, seria uma justificativa. (...) O número de livros é considerado em relação ao número de alunos, e hoje tenho mais livros que alunos, então até sobra nessa contagem. Num momento de atualização isso é desvantajoso (G1).

Já em relação à sustentabilidade financeira do curso, que é para o SINAES um importante indicador de continuidade da formação dos estudantes, G2 ressaltou o número de alunos no início deste século XXI, em torno de 1.000.

No referido período, o curso era altamente rentável, com potencial para apoiar o desenvolvimento de laboratórios para os demais cursos do centro a que pertence na Universidade, inclusive. O gestor apontou, ainda, que com a redução gradativa no número de alunos, nessa segunda década do século XXI, o curso ficou próximo de tornar-se deficitário, visto que parte dos alunos é constituída por bolsistas.

Nosso curso se sustenta, ele tem um número de ingressantes que pagam mensalidade. Este ano foi um número bom, mas desde 2012 temos bolsistas. Em 2011 tivemos a bolsa própria da universidade, que era bolsa social. Em 2012 entra a bolsa PROUNI, que acho que foi um ganho muito bom. E hoje podemos pensar que somos 50% pagantes e 50% bolsistas, em grande parte PROUNI, o que traz sustentabilidade para o Curso (G1).

Em relação à repercussão do SINAES no currículo do Curso de Turismo, G1 e G2 declaram não a identificar. No entanto, G1 considera que ao serem divulgados os resultados de cada avaliação do curso e do ENADE, são avaliadas possíveis repercussões no currículo.

Porque a última avaliação que nós tivemos, foi no primeiro ano que estava correndo esse currículo novo, (...) não houve uma repercussão. Eu acho que a repercussão vai ser agora, de como está esse currículo, e de como isso vai afetar o PPC (...). Vamos ver onde precisamos adequar, precisamos mudar. Para responder, a repercussão é total, apesar de não ter tido o fechamento de ciclo e o resultado (G1).

Essa assertiva de G1 é coerente com as considerações tecidas a respeito da articulação do curso às diretrizes do SINAES. De todo modo, fica evidente na fala dos gestores, que ainda que o SINAES possa incidir no currículo, o curso não está subordinado exclusivamente aos resultados da avaliação do curso e do ENADE, o que nos remete à fala de Dias Sobrinho (2000), ao afirmar que:

A universidade de hoje deve tematizar a sua função formativa. Na formação de pessoal de nível superior, deve ser levada em conta a significação social dos conhecimentos e das habilidades como um dos importantes critérios da qualidade acadêmica. Trata-se de construir criticamente os conhecimentos, de buscar novas formas de responder a problemas específicos da realidade, entre as quais se coloca em evidência a problemática educacional. Trata-se, de modo significativamente agudo, de levantar novos problemas a respeito de novas e antigas realidades. Muitas das questões tradicionais que os currículos escolares ainda mantêm se tornaram obsoletas ou irrelevantes e não dão conta de suscitar reflexões significativas e respostas mais consistentes relativamente à nossa própria existência e a esse mundo que se transforma muito rapidamente (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 32).

No que se refere às orientações sobre o SINAES da gestão ao corpo docente, para G2 tais discussões partiam da iniciativa de uma professora em particular, sem uma orientação direcionada para tal. A fala de G1 expressa que há uma discussão que tem o SINAES como foco, no entanto, não se restringe a este. A sua fala enseja, ainda, que as discussões que se dão em reuniões articulam a avaliação externa com a avaliação interna, ambas constituintes do SINAES. Consoante, afirma Dias Sobrinho (2008b, p. 819-820):

A avaliação institucional, interna e externa, é o processo central do SINAES. Consiste em um amplo balanço que cada instituição deve fazer para conhecer-se mais profundamente, refletir sobre suas responsabilidades, seus problemas e potencialidades, enfim, planejar e estabelecer metas para melhorar a qualidade em todas as dimensões institucionais e educativas. Nesse amplo e participativo processo de reflexão e debate público, os atores da comunidade educativa devem pôr em foco de questionamento os significados e os valores científicos, sociais, éticos, estéticos, etc. dos conteúdos, produtos, atividades, meios, fins e resultados que constituem o cotidiano da realidade concreta de uma instituição.

Em acordo com Dias Sobrinho, a articulação entre o olhar externo (avaliação institucional externa, avaliação de curso, desempenho do estudante) e o olhar interno (autoavaliação) constitui possibilidade para que ações sejam desencadeadas em prol da melhoria da qualidade do ensino. Dessa forma, tais ações não se restringem ao simples cumprimento do que está posto nos documentos, pelo contrário, se mostram como um esforço reflexivo, em caráter coletivo, a partir do qual as decisões são tomadas considerando as peculiaridades da Instituição, conforme ilustra a fala de G1: “Quando fazemos nossas reuniões, a gente discute avaliação externa, avaliação interna, como está o andamento do nosso curso, se estamos cumprindo ou não. (...) Enquanto equipe, a gente atende sempre além do SINAES”. A fala de G1 remete a Rios, Calderón e Sousa (2012), ao afirmarem que:

Em tempo de SINAES, os resultados dos instrumentos de avaliação, que compreendem a autoavaliação, a avaliação externa, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação do desempenho dos estudantes (o ENADE) necessitam ser articulados, de modo que possam contribuir para o desvelamento da realidade institucional, a partir dos ganhos e dificuldades reveladas (RIOS; CALDERÓN; SOUSA, 2012, p. 91).

Ao afirmar que a equipe reflete e problematiza as questões atinentes ao curso, para além do SINAES, G1 revela o amadurecimento do

grupo que admite que o SINAES produz efeitos, contudo não se constitui como política limitante e restritiva das ações desencadeadas em prol da efetivação de melhorias.

Nesta linha, Dias Sobrinho (2008a) coloca a importância de a avaliação contribuir para a reflexão sobre os sentidos e os valores do cumprimento do mandato social da educação. A assertiva de G1 está alinhada ao autor, conforme se vê a seguir:

a avaliação da educação superior não pode perder o seu foco principal, para também não perder sua eficácia social e pedagógica. Em outras palavras, sua referência central são os papéis essenciais da educação superior. Isto traz o sério problema de enfrentar uma definição ainda que rudimentar a respeito das finalidades e dos papéis essenciais da educação superior – tema também sempre carregado de ideologia e, então, de valores e interesses (DIAS SOBRINHO, 2008a, p. 195).

As falas de G1 e G2 convergiram no que se refere à preparação dos alunos para o ENADE. Ambos destacaram a existência de simulados, que constituem provas elaboradas com base nas questões desse exame. G2 destacou, ainda, que os professores são orientados a elaborarem provas em suas disciplinas que sigam tal modelo e que tratem assuntos contemporâneos que, eventualmente, possam vir a constituir questões do referido exame. “A recomendação sempre foi para os professores tratarem assuntos mais contemporâneos, que pudessem cair no ENADE e utilizar provas modelo ENADE, para treinar o aluno nesse tipo de prova” (G2).

A preparação dos alunos para o ENADE é uma prática comum nos diversos cursos de graduação em todo o Brasil, e nas diversas áreas do conhecimento, principalmente devido ao peso que o resultado desse exame tem na composição dos diversos índices que inferem sobre a qualidade do curso avaliado. Neste sentido, G1 afirma que não é intenção da instituição o doutrinamento dos alunos nem a premiação por resultados, a exemplo do que outras instituições fazem, principalmente as privadas. A gestora enfatiza que há apenas conscientização sobre a importância do ENADE, não existindo políticas de beneficiamento ao aluno em função de seu desempenho.

A gente esclareceu, não doutrinou, e não existe uma política de premiar o aluno, não existe nenhuma política de mérito, de premiação. Não existe nenhuma política de mérito em relação ao ENADE. A gente apenas explica o que é. E a gente acredita que nosso PPC está adequado, a gente acredita que nosso ensino é bom, e por aí vai. Nem aula para dar reforço sobre o conteúdo do ENADE (...). Não é nosso objetivo (G1).

Outro aspecto apontado por G1 refere-se ao esclarecimento aos alunos sobre as implicações do ENADE para a sua vida acadêmica e profissional. “Conversar sobre o ENADE, e conversar sobre a importância que essa avaliação tem enquanto reflexo na vida acadêmica dele e depois de formado também” (G1).

Contribuir para o aluno refletir sobre a importância dos instrumentos avaliativos, para além das questões da prova em si, constitui aspecto fundante considerando que a avaliação implica “sobretudo um processo dinâmico que se inscreve no movimento dos demais processos educacionais, especialmente aqueles abertos à vida social e com caráter prospectivo” (DIAS SOBRINHO, 2008a, p. 203). Acrescenta-se que, semestralmente, a Universidade convida os alunos e docentes para participarem do processo de avaliação do ensino, o que expressa o seu compromisso com o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na contramão do desenvolvimento de uma cultura de exame. A cultura de avaliação, de acordo com Rios (2004), implica articular os processos de avaliação externa e interna e, a partir desse procedimento, exercer a autocrítica necessária ao aperfeiçoamento e à melhoria do curso.

Destaca-se que G1 considera o PPC do Curso adequado, e que isso reflete no desempenho do ENADE, sendo assim, na sua visão, não é necessário haver preparação exaustiva, à luz do que fazem algumas IES. A consideração de G1 evidencia ainda que há confiança no processo de desenvolvimento do curso balizado pelo PPC. Essa percepção é fundamental para que as práticas de gestão e as práticas pedagógicas não se deem na direção de engessamento do currículo, corroborando o pensamento de Dias Sobrinho (2010):

A proeminência dada ao ENADE – agora como instrumento estático e somativo, menos dinâmico e formativo – muda o paradigma da avaliação e traz consequências importantes. Em decorrência, o SINAES perde muito de seu sentido de sistema; a avaliação institucional se enfraquece e se burocratiza; a autonomia institucional e docente tende a desaparecer diante da necessidade de obtenção de boa posição na escala de classificação, a qual é alcançável por meio do mecanismo de ensinar para o exame, segundo o modelo da prova; o ENADE abandona a concepção dinâmica e esvazia seu sentido de feedback e a possibilidade de acompanhamento da aprendizagem do aluno (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 216-17).

Chama a atenção que, em acordo com os autores referenciados e com a percepção desta autora, na condição de pesquisadora, G1 e G2 não considerem o ENADE como o instrumento mais importante do SINAES, posto que constitui o instrumento de maior visibilidade, devido aos resultados geradores de *rankings* entre as universidades.

Para G1, ainda que o peso do ENADE seja real, há necessidade de atenção para a avaliação interna e para a avaliação externa, que além do ENADE, compõem-se da avaliação institucional e da avaliação do Curso. G1 reflete, ainda, na sua fala, a atenção com a formação de pessoas, sendo assim, em acordo com a sua percepção, salvaguardando a sua importância, o ENADE não pode ser o polarizador das ações desencadeadas pelo curso.

Mesmo sabendo da importância e do peso do ENADE, acho que o curso em hipótese alguma tem que caminhar em função do ENADE. A gente forma pessoas pensantes, acima de tudo, pessoas que vão para o mercado de trabalho, formamos pessoas que vão seguir carreira acadêmica (G1).

Na percepção de G2, para além do ENADE, é importante voltar a atenção para o processo de autoavaliação, que constitui diferencial, ao considerar a necessidade de se buscar o autoconhecimento institucional, que é fundamental para que melhorias sejam promovidas, inclusive no

curso. A avaliação do ensino, respondida semestralmente pelos alunos, para este gestor, constitui ponto de atenção de grande relevância para desencadear ações em prol da melhoria do curso.

Há considerações tecidas por G1 e por G2 que convergem quando se referem às limitações do SINAES, considerando possíveis ações a serem desencadeadas, em função de ganhos e dificuldades desveladas. Tal convergência expressa que ambos percebem as atividades realizadas no cotidiano da Universidade como possibilidade de apontar necessidades que implicam os processos de ensino e aprendizagem. Para G1, a gestão do curso encerra diversas atividades e demandas, em especial relacionadas ao PPC, que estão para além do que as avaliações externas possam apontar. “A avaliação é importante, mas não é tudo. Pensamos nela o tempo todo, mas o PPC está muito acima disso tudo. No PPC tenho que atender ao SINAES, mas tenho que ir muito além” (G1).

G2 problematiza, também, os efeitos limitadores que o sistema de avaliação pode causar no Curso: “O que na verdade todos esses indicadores fazem é engessar um pouco os cursos. Não temos certas liberdades que poderíamos ter. Ficamos muito reativos. Não podemos fazer muita coisa que não está prevista nos medidores”. A fala de G2 sinaliza algo que necessita permanente reflexão no âmbito da Universidade, a fim de que o SINAES não se constitua política de avaliação da Educação Superior que ao invés de ampliar as possibilidades de melhoria, restrinja-as em virtude dos seus indicadores.

Importante ressaltar que foi demonstrado, ao longo da pesquisa realizada, que há preocupação em manter a identidade institucional, para além das questões parametrizadas pelo sistema avaliativo vigente. Os gestores do Curso possuem uma visão convergente quanto ao efeito do SINAES no seu currículo e no seu PPC e consideram que, ainda que seja importante, não constitui fator determinante para que mudanças sejam efetuadas no Curso, o que leva a entender que, neste Curso de Turismo, o SINAES produz efeitos, mesmo não sendo o único balizador, já que as ações desencadeadas em prol do Curso não são polarizadas pela atual política pública de avaliação da Educação Superior.

Considerações Finais

Essa pesquisa, que teve como objetivo investigar a percepção dos gestores do Curso de Turismo de uma universidade confessional no interior do estado de São Paulo quanto aos efeitos que o SINAES possa estar produzindo após quatro ciclos avaliativos completos, remete-nos à problematização dos possíveis impactos e efeitos que a referida política pública de avaliação possa produzir nos cursos de graduação, sobretudo, no Curso de Turismo que constitui o foco deste estudo.

Neste contexto, o SINAES é o sistema em voga desde 2004, sendo considerado balizador para acompanhar a qualidade dos cursos oferecidos pelas IES. Os índices criados, ao longo dos anos, têm se tornado os principais indicadores para o governo, a mídia, os futuros alunos e a sociedade em geral, apesar de serem gerados de maneira ainda suscetível às mudanças que vêm acontecendo anualmente por meio de notas técnicas.

Os gestores do Curso, em geral, possuem visões similares quanto ao efeito do SINAES no currículo e no PPC e consideram que, ainda que seja importante, não constitui fator determinante para que mudanças sejam efetuadas no Curso. Destacam que o ENADE ganhou ao longo do tempo grande centralidade, mobilizando ações, mesmo que não tão frequentes. Também a formação docente se tornou ainda mais relevante, visto seu papel na elaboração dos índices.

Ficou evidente que, no contexto deste Curso de Turismo, o SINAES não polariza as ações provenientes da gestão em prol da melhoria do Curso, o que demonstra que, para além da referida política pública de avaliação da Educação Superior, há um movimento que expressa o comprometimento profissional com a formação dos alunos. Foram apontados pelos gestores efeitos que o sistema avaliativo pode causar, relacionados em especial ao desestímulo a novos investimentos ou propostas inovadoras, que saiam do que é preconizado dos documentos do SINAES, mesmo que atendendo às DCNs existentes. A superação dessas limitações pode estar no trabalho contínuo de repensar o curso e a formação proporcionada, via reflexão e ação que envolvam docentes, corpo técnico administrativo e discentes, com a finalidade de formar profissionais preparados para o mercado de trabalho e a pesquisa em turismo.

THE EFFECTS OF SINAES ON A TOURISM COURSE: PERCEPTION OF MANAGERS

Abstract: *the research presented here aimed to investigate the effects of SINAES in a Tourism Course at a confessional university in the interior of the state of São Paulo, in the perception of its managers. After a bibliographical review on the theme, a semi-structured interview with managers of the course was carried out, in a qualitative approach, in addition to documentary analysis of the course and the University. The perceptions of managers made it possible to verify that SINAES, even though it is not the only mobilizer of actions taken, has produced effects. Among the effects pointed out, the incentive to teacher training, improvements in infrastructure, the reformulation of the curriculum and the discussion of the Pedagogical Political Project, among others, stand out.*

Keywords: *Public Policies in Education. SINAES. Tourism Course.*

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, mercado, comunidade e avaliação: esboço para uma rearticulação crítica. *Avaliação & Sociedade*, ano XX, n. 69, p. 150, dez. 1999.

BRASIL. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. *Lei 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. *Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições*. Brasília: INEP, p. 38, 2004b.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. *Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007*. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. 2007. Disponível

em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Nota Técnica Daes/Inep nº 58/2015*. Cálculo do Conceito Preliminar de Curso 2014. 2015.

CALDERÓN, Adolfo Ignácio; POLTRONIERI, Heloísa; BORGES, Regilson Maciel. Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de Estado? *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 813-826, out./dez. 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da Educação Superior Regulação e Emancipação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 31-47, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Ética e Política em Função da Educação como Direito Público ou como Mercadoria? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, Especial - Out. 2004.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Educativa: produção de sentidos com valor de formação. *Avaliação* (Campinas; Sorocaba), v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008a.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. *Avaliação* (Campinas; Sorocaba), v. 13, n. 3, p. 817-825, 2008b.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e Transformações da Educação Superior Brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. *Avaliação* (Campinas), v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo (org.). *Avaliação e Compromisso Público: a educação superior em debate*. Florianópolis: Insular, 2003.

DRAIBE, Sônia Maria. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília R.; CARVALHO, Maria do Carmo de (orgs.). *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Programas Sociais*. São Paulo: IEI/PUC-SP, 2001.

PAIVA, Giovanni Silva. Recortes da formação docente da educação superior brasileira: aspectos pedagógicos, econômicos e cumprimento de requisitos legais. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 157-174, mar. 2010.

RIOS, Mônica Piccione Gomes. *Meta-avaliação de Docentes no Ensino Superior*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

RIOS, Monica P. G.; CALDERÓN, Adolfo I.; SOUSA, Klinger L. O. A educação superior em pauta: desafios em tempo de Sinaes. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 29, p. 81-96, set./dez. 2012.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como sistema. *R. B. P. G.*, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.

ROTHEN, José Carlos; SCHULZ, Almiro. SINAES: do documento original à legislação. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 7, n. 21, p.163-180, maio/ago. 2007.

SOUSA, Klinger Luiz de Oliveira. *O caráter público do SINAES e seu potencial de transformar o currículo das universidades*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.